



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E MELHORIAS DE PRÉDIOS, PRAÇAS, VIAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE PEDRINHAS/SE.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto o Registro de Preços para a futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, destinados à **MANUTENÇÃO E MELHORIAS DE PRÉDIOS, PRAÇAS, VIAS E LOGRADOUROS** para as secretarias deste município, atendendo às condições e exigências definidas neste instrumento.

1.2. Os serviços incluem o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme especificações estabelecidas nas planilhas de serviços e insumos descritos no ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe) e, de forma subsidiária, no SINAPI/SE (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil de Sergipe).

2. DO OBJETO

2.1. Prestação na prestação de serviços comuns de engenharia, destinados à **MANUTENÇÃO E MELHORIAS DE PRÉDIOS, PRAÇAS, VIAS E LOGRADOUROS**, neste município:

LOTE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT	DESCONTO MÍNIMO	UNITÁRIO	TOTAL
1	Empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, destinados à MANUTENÇÃO E MELHORIAS DE PRÉDIOS, PRAÇAS, VIAS E LOGRADOUROS para as secretarias deste município.	1	0,77%	R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais)	R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais)

2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como Obras, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses;

2.4. O prazo de execução do serviço será definido a partir de cada demanda solicitada, contado a partir da assinatura do termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5. O valor total estimado da contratação é **R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais)**.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

3. DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DO CONTRATADO

3.1.1 Executar fielmente o objeto contratado, observando as determinações deste Termo, do Projeto Básico e demais documentos que o compõem como Planilha Orçamentário, Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descrito apensado nos autos do processo;

3.1.2. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que, a critério da Prefeitura Municipal de Pedrinhas, se façam necessários nas obras e serviços, objeto deste Contrato, até os limites fixados no art. 125, da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021;

3.1.3 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;

3.1.4 Assumir inteira e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do objeto deste termo, sejam essas de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade da Prefeitura Municipal de Pedrinhas, relativamente a esses encargos, inclusive os que, eventualmente, advirem de prejuízos causados a terceiros;

3.1.5. Manter no escritório da obra o livro de ocorrências de obras, onde serão anotadas todas as ocorrências havidas na execução dos serviços, livro este que será assinado semanalmente pelo responsável técnico da Contratada e pelo engenheiro fiscal da obra;

3.1.6. Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.7. Executar o objeto em estreita observância as planilhas, projetos, e composições apresentadas pelo tomador e aprovadas pelo gestor financeiro do contrato de repasse.

3.2. DO ORGÃO CONTRATANTE

3.2.1. Acompanhar, controlar e analisar a execução das obras quanto à eficiência, eficácia e a efetividade na realização dos serviços prestados;

3.2.2. Observar para que, durante toda a vigência do Contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada;

3.2.3. Indicar os seus representantes responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e controle do objeto deste termo;

3.2.4. Notificar à Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução das obras, fixando prazo para as devidas correções;

3.2.5. Efetuar o pagamento na forma prevista nos autos do processo.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste PROJETO BÁSICO.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21 Da subcontratação

6.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

6.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

6.1.2. A subcontratação fica limitada a locação de todo e qualquer maquinária pesado que seja necessário à execução da obra

6.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Da vistoria

6.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 12 horas.

6.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

6.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Início da execução do objeto se dará na data de emissão e ciência da Ordem de Serviços pertinente.

7.2. O valor total estimado da contratação é de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais).

7.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

8.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

8.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

8.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

9. JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS

9.1. A abertura do processo licitatório para a contratação de empresa especializada torna-se necessária, considerando que a Prefeitura Municipal não dispõe, em seu quadro de pessoal, de uma equipe técnica especializada ou em número suficiente para realizar a manutenção adequada dos bens públicos municipais.

9.2. Os prédios, logradouros, praças e vias públicas exigem serviços de manutenção constantes devido a fatores como:

a) Envelhecimento natural das estruturas, resultante da ação do tempo e do desgaste dos materiais;

b) Danos acidentais, decorrentes de imprevistos ou mau uso das instalações;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

c) Necessidades dos usuários, que requerem adaptações ou modernizações contínuas para garantir funcionalidade, segurança e conforto.

9.3. É dever da Administração Pública zelar pela preservação e conservação do patrimônio público, garantindo que todos os espaços sejam adequados para cumprir suas finalidades e atender à população. Nesse contexto, a prestação de serviços de manutenção, reparos e conservação é considerada essencial e de caráter contínuo, uma vez que o descumprimento dessas obrigações pode resultar em:

a) Deterioração acelerada das estruturas, acarretando custos mais elevados de recuperação;

b) Riscos à segurança dos usuários e servidores, devido a falhas não corrigidas;

c) Prejuízo à prestação de serviços públicos, causado pela indisponibilidade ou inadequação dos espaços financeiros.

9.4. A inexistência de mão de obra especializada no quadro funcional da Prefeitura Municipal agrava a dificuldade de atendimento, com a devida celeridade, as diversas ofertas de manutenção oriundas das Secretarias. Essas demandas incluem consertos e conservação de prédios, logradouros, praças e vias públicas, cujo atendimento imediato é obrigatório para garantir o funcionamento contínuo dos serviços públicos e a qualidade dos espaços utilizados pela comunidade.

9.5. A contratação de uma empresa especializada, por meio do sistema de Registro de Preços, garante maior eficiência administrativa, permitindo que a Prefeitura atenda prontamente às demandas conforme a necessidade, sem comprometer a qualidade técnica dos serviços. A adoção de referenciais técnicos reconhecidos, como o ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe) e o SINAPI/SE (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil de Sergipe), garante transparência e controle na execução dos serviços.

9.6. A realização de vários processos licitatórios para a execução de serviços de pequeno vulto financeiro aumenta os custos administrativos.

9.7. Dotar o Município de instrumento de contratação capaz de atender, de forma rápida e eficaz, a maioria das solicitações de serviços de manutenção, com a finalidade de manter o Patrimônio Público, promover a segurança de servidores e público geral, bem como, garantir a continuidade dos Serviços Públicos prestados.

9.8. A adoção do Pregão na forma Eletrônica justifica-se em virtude do universo de competidores ser conhecido e limitado. Assim, em tese, todos se dispõem a vir a Sede do Município, que é órgão promotor da licitação.

9.9. Os serviços, objeto da presente licitação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si.

9.10. A utilização do MAIOR DESCONTO ofertado sobre as planilhas ORSE/ SINAPI como critério de julgamento possibilitará a manutenção dos preços conforme as variações do mercado, pois são publicadas mensalmente pela CEHOP e Caixa Econômica Federal, o que garantirá o equilíbrio dos preços na execução dos serviços.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. A presente contratação está fundamentada nas disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que regula os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública. Especificamente, a modalidade de Registro de Preços está prevista no art. 6º, inciso XLV, e no art. 82, que dispõe sobre sua aplicação para aquisições ou contratações de bens e serviços comuns, sempre que haja necessidade recorrente e imprevisibilidade de quantitativos.

10.2. O objeto deste Termo de Referência, que abrange serviços comuns de engenharia para manutenção de prédios, logradouros, praças e vias públicas, encontra-se respaldado no conceito de serviços contínuos e padronizados, conforme previsto na legislação vigente e corroborado pelo entendimento técnico e jurisprudencial.

10.3. Além disso, a contratação observa os princípios que regem a Administração Pública, conforme preceitos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, especialmente os princípios de:

I- **Legalidade:** Atender rigorosamente às normas legais vigentes para contratação e execução do objeto;

II- **Eficiência:** Garantir a celeridade e a qualidade dos serviços prestados, evitando a restrição do patrimônio público;

III- **Economicidade:** concede os recursos públicos por meio do Registro de Preços, que proporciona racionalização dos gastos.

10.4. O instrumento normativo que rege o sistema de Registro de Preços encontra previsão nos seguintes dispositivos legais:

I- Decreto Federal nº 11.462/2021, que regulamenta o sistema de Registro de Preços na esfera federal e serve como referência periódica para estados e municípios, ressalvando a observância das especializações locais.

II- Normas técnicas e procedimentos previstos no ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe) e subsidiariamente no SINAPI/SE (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil de Sergipe), para padronizar os custos e garantir a transparência.

10.5. Por fim, destaca-se que a escolha do Registro de Preços se justifica pelo caráter dinâmico e recorrente das demandas de manutenção, atendendo ao disposto no art. 3º, incisos I, II e III do Decreto Federal nº 11.462/2023, que prevê a adoção de instrumentos que assegurem eficiência administrativa e compatibilidade técnica.

11. DA CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

11.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção enquadra-se no conceito de serviço comum, conforme definido pela legislação aplicável.

11.2. Os serviços de manutenção a serem executados são de fácil caracterização, possuem frequência recorrente, utilizam técnicas de execução exclusivamente conhecidas e padronizadas, e são oferecidos por uma ampla gama de empresas de engenharia.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

11.3. Dada a natureza usual desses serviços, eles podem ser definidos com base em padrões, objetivos e especificações usuais de mercado, garantindo sua conformidade com as exigências previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares.

11.4. Essa abordagem segura e clara na definição do objeto, permite ampla competitividade entre os fornecedores e reforça a transparência no processo de contratação.

12. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

12.1. Descrição Geral

12.1.1. O objeto deste Termo de Referência consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de manutenção e melhoria predial e urbana, englobando serviços corretivos e preventivos, conforme as especificações e implicações deste documento.

12.1.2. Objetivo dos serviços têm como finalidade:

- a) Garantir o perfeito funcionamento das instalações e equipamentos;
- b) Assegurar a conservação das estruturas prediais e urbanas;
- c) Promover a segurança dos usuários e a continuidade dos serviços públicos.

12.2. Tipos de Manutenção

12.2.1. Manutenção preventiva para evitar falhas ou interrupções inesperadas no funcionamento de instalações e equipamentos, liquidadas a probabilidade de avarias que inclui:

- a) Inspeções regulares;
- b) Ajustes, reparos e substituições programadas;
- c) Serviços gerais de manutenção predial para conservação e segurança.

12.2.2. Manutenção Corretiva para corrigir falhas ou desgastes detectados durante as rotinas de manutenção ou devido ao uso normal e ao fim da vida útil dos componentes que inclui:

- a) Reparos em paredes, rebocos, emboços, emassamentos e pinturas;
- b) Substituição ou recuperação de esquadrias, vidros, pisos, revestimentos e calçamentos;
- c) Correções em sistemas elétricos, hidráulicos e de ar condicionado;
- d) Reconstituição de componentes afetados por falhas.

12.2.3. Readequação, que consiste em modificações ou adaptações estruturais e funcionais em edificações e instalações, com o objetivo de:

- a) Atender às normas técnicas e regulatórias vigentes;
- b) Adaptar os espaços e sistemas às novas demandas operacionais e funcionais;
- c) Modernizar instalações prediais para maior eficiência, segurança e conforto.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

12.2.4. Reestruturação, que consiste em intervenções maiores e mais abrangentes, com o objetivo de reorganizar ou melhorar os sistemas, equipamentos e espaços existentes, melhorando sua eficiência e funcionalidade. Exemplos:

- a) Reformulação de sistemas integrados, como redes elétricas, hidrossanitárias e de combate a incêndio;
- b) Substituição de elementos estruturais obsoletos ou danificados;
- c) Reorganização de ambientes para atender a novos fluxos e critérios operacionais.

12.2.5. Revitalização, que a busca renovar e modernizar instalações e espaços, valorizando sua estética, funcionalidade e conforto. Exemplo

- a) Renovação de fachadas;
- b) Revitalização de praças, jardins e logradouros;
- c) Melhoria da iluminação, pintura e acabamentos em ambientes internos e externos.

12.3. Sistemas e Componentes Abrangidos

12.3.1. Os serviços de manutenção abrangem os seguintes sistemas e componentes:

- a) Estruturas civis: paredes, rebocos, coberturas, pintura, calçamento e jardim;
- b) Sistemas elétricos: quadros elétricos, condutores e iluminação de emergência;
- c) Sistemas hidrossanitários e pluviais;
- d) Sistemas de prevenção e combate a incêndios;
- e) Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- f) Redes de telefonia e lógica;
- g) Equipamentos de ar condicionado;
- h) Sistemas de sinalização visual.

12.4. Normas e Diretrizes

12.4.1. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente às seguintes normas e recomendações:

- a) Normas Técnicas da ABNT específicas para cada tipo de manutenção;
- b) Normas das Concessionárias Locais de Serviços Públicos aplicáveis às instalações;
- c) Instruções e recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais utilizados.

12.5. Referenciais Técnicos e Custos

12.5.1. Os custos dos serviços serão baseados nas tabelas do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), disponíveis no site da Caixa Econômica Federal e no ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe).

12.5.2. Esses referenciais garantem a transparência, padronização e adequação dos valores de mercado.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

12.6. Frequência e Modalidade de Execução

12.6.1. Os serviços serão realizados sob demanda, de acordo com as obrigações do CONTRATANTE, abrangendo tanto manutenções preventivas quanto corretivas.

12.6.2. A execução será realizada por profissionais especializados, utilizando materiais e equipamentos adequados para cada tipo de atividade.

13. AVALIAÇÃO DO VALOR ESTIMADO

13.1. O valor estimado total para a prestação de serviços comuns de manutenção, sob demanda, com completo de materiais, equipamentos, mão de obra e acessórios necessários, é de **R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais)**, já incluindo o BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) e os Encargos Sociais (Planilhas Anexas), em conformidade com o preconizado nos Acórdãos nº 2622/2013, 325/2007 e 2366/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU). A distribuição do valor estimado é específica conforme as necessidades de cada secretaria:

O desconto aplicado não será abatido do valor estimado mas, da contratação quando gerado planilha de custos pelo setor de engenharia.

a) **Secretaria Municipal de Infraestrutura:** Valor estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), destinado à manutenção corretiva e preventiva de prédios, praças e vias públicas, conforme demanda apresentada;

b) **Secretaria Municipal de Saúde:** Valor estimado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), destinado à manutenção corretiva e preventiva de prédios e postos de saúde, conforme demanda apresentada;

c) **Secretaria Municipal de Educação:** Valor estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), destinado à manutenção de escolas e unidades educacionais, garantindo condições adequadas de infraestrutura para o funcionamento das atividades pedagógicas.

13.2. A composição do BDI e dos Encargos Sociais atende às diretrizes dos Acórdãos do TCU referenciais, garantindo a transparência, a economicidade e a conformidade com as normas regulamentares, além de promover o equilíbrio financeiro na execução dos contratos.

13.3. Excepcionalmente, quando não houver previsão de insumo e/ou serviço na Tabela ORSE, será adotado o Sistema SINAPI ou outras bases oficiais similares. Caso também não exista a previsão desses sistemas, será elaborada uma composição de preços utilizando os seguintes critérios:

I- Índices de produtividade do ORSE, combinados com o preço de insumos praticados no mercado;

II- A comprovação dos preços será realizada por meio de pesquisa de mercado, com a apresentação de, no mínimo, 03 orçamentos válidos, computando-se a média aritmética entre eles para efeito de composição final.

13.4. A responsabilidade da contratada em apresentar os orçamentos não exime a Administração Pública de suas obrigações de verificar, por seus próprios meios, a



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

compatibilidade dos preços apresentados com os valores praticados no mercado, garantindo a observância dos princípios de economicidade e eficiência administrativa.

13.5. Quadro referencial resumido do valor anual estimado do Contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	BDI MÍNIMO ACEITÁVEL PARA SERVIÇOS %	VALOR ESTIMADO COM BDI	% DE DESCONTO ESTIMADO
1	Prestação de serviços comuns de manutenção e melhorias em prédios, logradouros, praças e vias públicas do município de Pedrinhas/SE	22,12%	5.500.000,00	0,77%

13.6. O lance mínimo será de 0,77% por cento de desconto da planilha contratual, base ORSE/SINAPI, não sendo quantificado e especificados os serviços previamente nesta licitação, por serem avaliados pela equipe de engenharia no caso concreto quando necessário for a execução.

13.7. Os serviços deverão ser executados de acordo com a tipologia da planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM
1.1	LOGRADOUROS, PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS
1.1.1	Apoio Administrativo de Obra
1.1.2	Contenções e Escoramentos
1.1.3	Pavimentação
1.1.4	Poços Artesianos
1.1.5	Redes de Água e Adutoras
1.1.6	Redes de Drenagem
1.1.7	Redes de Esgotos
1.1.8	Redes de Irrigação
1.1.9	Redes de Telefonia
1.1.10	Serviços Auxiliares de Infraestrutura
1.1.11	Terraplenagem



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

1.1.12	Urbanismo e Sinalização
1.2	MANUTENÇÃO EM PRÉDIOS
1.2.1	Administração Local
1.2.2	Coberturas
1.2.3	Diversos
1.2.4	Elevações
1.2.5	Esquadrias
1.2.6	Estruturas
1.2.7	Fundações
1.2.8	Instalação de Antena Coletiva
1.2.9	Instalação de Ar-Condicionado
1.2.10	Instalação de Câmaras Frigoríficas
1.2.11	Instalação de Gás de Cozinha
1.2.12	Instalações de Combate a Incêndio
1.2.13	Instalações de Gases Medicinais
1.2.14	Instalações Elétricas/Telefônicas/Cabeamento Estruturado
1.2.15	Instalações Hidráulicas
1.2.16	Instalações Sanitárias
1.2.17	Louças e Metais
1.2.18	Pavimentação
1.2.19	Pinturas e Tratamentos
1.2.20	Provisório
1.2.21	Revestimentos de Tetos e Paredes
1.2.22	Serviços Auxiliares de Obras Cíveis



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

14. DO BDI

14.1. A empresa contratada deverá apresentar uma especificação detalhada do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), em conformidade com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

14.2. Os percentuais de BDI apresentados pela empresa serão aplicados às planilhas orçamentárias dos serviços, considerando as especificidades do contrato.

14.3. A elaboração da planilha do BDI deverá seguir a fórmula e os critérios definidos neste Termo de Referência, observando os percentuais estabelecidos como referência nos Acórdãos TCU 2622/2013, 325/2007 e 2366/2013.

14.4. Os percentuais atribuídos aos componentes do BDI, como Administração Central (AC), Taxa de Seguros (S), Taxa de Garantias (G), Taxa de Riscos (R), Taxa de Despesas Financeiras (DF) e Taxa de Lucro (L), deverão estar dentro das faixas recomendadas no Acórdão TCU 2622/2013.

14.5. A empresa licitante poderá utilizar percentuais próprios, desde que iguais ou inferiores aos recomendados.

14.6. Os tributos componentes do BDI deverão estar em conformidade com a legislação vigente e as características tributárias da empresa, respeitando as seguintes determinações:

14.7. IRPJ e CSLL: Não devem integrar o projeto do BDI, conforme acordo consolidado no Acórdão TCU 2.622/2013, por serem tributos de natureza direta e personalíssima.

14.8. PIS e COFINS: Devem ser incluídos na composição do BDI, considerando as alíquotas integrais de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre o total do faturamento do contrato, conforme o mesmo Acórdão.

14.9. ISS (Imposto Sobre Serviços): O ISS deve ser incluído na composição do BDI, considerando as alíquotas previstas no Código Tributário Municipal. A base de cálculo do ISS será determinada de acordo com a legislação vigente, levando em conta a alíquota aplicável ao tipo de serviço prestado, que pode variar de acordo com a atividade e o município. A inclusão do ISS no BDI deverá cumprir essas normas e ser aplicada sobre o faturamento, em conformidade com a legislação do município.

14.10. TAXA DO FUNDO PEDRINHAS EMPREENDEDOR: Devem ser incluídos na composição do BDI, a taxa de 2,0%, sobre o total do faturamento do contrato, conforme art. 166 da Lei Municipal nº 851/2018 e pelo Decreto Municipal nº 266/2019.

14.11. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar alíquotas de ISS, PIS e COFINS compatíveis com o Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

14.12. Empresas enquadradas no regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), conforme o Art. 7º da Lei Federal 12.844/2013, deverá incluir uma alíquota de 2% no cálculo do BDI, em substituição à contribuição previdenciária patronal de 20%, conforme estudo do TCU no Acórdão 2.622/2013.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

14.13. O percentual de BDI aplicado aos serviços e insumos da Tabela ORSE será aquele previsto na assinatura do contrato, permanecendo fixo durante a vigência contratual.

14.14. Não será permitido o reajuste mensal do percentual do BDI previamente acordado, salvo por força de lei ou alteração contratual devidamente justificada.

15. DO ENCARGOS SOCIAIS

15.1. A Planilha de Encargos Sociais foi extraída do ORSE e representa informações atualizadas sobre os percentuais incidentes sobre a folha de pagamento provenientes das taxas das leis sociais, riscos e convenções coletivas de trabalho.

15.2. As empresas optantes pelo Simples Nacional não devem incluir na sua composição de encargos sociais os gastos relativos ao ressarcimento das contribuições a que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE, etc.), conforme disposto no art. 13, § 3º, da Lei Complementar 123/2006, por se tratar de um regime diferenciado e favorecido dispensado às ME e EPP por força de expressa previsão constitucional, de modo que os benefícios tributários conferidos pelo Simples Nacional estejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração Pública.

15.3. A taxa de leis sociais para empresas optantes pelo Simples Nacional deverá ser diferente da taxa adotada neste termo de referência, devendo neste caso, a empresa contratada apresentar tabela própria de encargos sociais.

16. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO/CRITÉRIO

16.1. A presente contratação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do artigo 28 inciso I e 31 da Lei nº 14.133/2021. A escolha desta modalidade justifica-se pela natureza comum dos serviços a serem contratados, pela ampla competitividade fornecida pelo formato eletrônico e pela maior transparência e eficiência administrativa.

16.2. O julgamento será o de **maior desconto** oferecido sobre os valores constantes nas tabelas de referência do ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe) e, subsidiariamente, do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custódia e Custódia).

16.3. O vencedor do certame será a empresa que apresentar o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO base ORSE/SINAPI** (com duas casas decimais).

16.4. A adoção do sorteio de maior desconto garante:

- a) **Economicidade:** Otimização dos recursos públicos ao contratar serviços pelo menor custo possível;
- b) **Equidade:** Aplicação uniforme do desconto sobre os preços unitários previamente estabelecidos nas tabelas de referência;
- c) **Transparência e previsibilidade:** Utilização de parâmetros técnicos reconhecidos, assegurando claramente a composição dos custos e o acompanhamento contratual.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

16.5. A escolha da modalidade e do sorteio de julgamento é fundamentada nos princípios que regem a Administração Pública, em especial a eficiência, isonomia, economicidade e competitividade, garantindo a realização de um processo licitatório amplo, justo e vantajoso para o ente público.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. A partir do disposto na Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, pode-se levantar que há diversas possibilidades de modelagens dos ritos procedimentais a serem adotados no processo de licitação para contratação, a partir da natureza do objeto e das condições gerais da contratação, as quais podem ser resumidos na tabela abaixo:

MODALIDADES	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	FORMA:	MODO DE DISPUTA	ORDEM DAS FASES
Pregão com SRP	Maior desconto	Eletrônica	Fechada e Aberta	Proposta-Habilitação

17.2. Propõe-se que uma modelagem técnica, gerencial e legalmente adequada para o processo de licitação destinado à contratação do objeto em questão deverá ser:

- a) **Modalidade:** Pregão com SRP;
- b) **Critério de julgamento:** MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre os valores constantes nas tabelas de referência do ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe) e, subsidiariamente, do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custódia e Custódia);
- c) **Forma:** Eletrônica;
- d) **Modo de disputa:** fechada/aberto;
- e) Ordem das fases: sem inversão de fases.

17.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**.

17.4. O regime de execução do contrato será **EMPREITADO GLOBAL**.

18. ESCOPO DOS SERVIÇOS

18.1. Execução e Responsabilidade Técnica

18.1.1. Os serviços serão desenvolvidos pela empresa contratada, contando com a participação de engenheiros ou arquitetos legalmente habilitados, com experiência comprovada na execução de serviços similares.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

18.1.2. A coordenação e fiscalização dos serviços serão realizadas por técnicos da Prefeitura ou por profissionais contratados, designados oportunamente.

18.1.3. Os custos com profissionais habilitados deverão ser considerados pela contratada na composição do desconto oferecido.

18.2. Levantamento e Planejamento

18.2.1. As necessidades dos serviços serão levantadas pelos técnicos da Prefeitura e planilhadas de acordo com os itens disponíveis nas tabelas SINAPI/ORSE, utilizando um banco de dados da planilha orçamentária.

18.2.2. Após a emissão da ordem de serviço, o prestador deverá realizar uma vistoria detalhada no local em até 03 (três) dias úteis, para levantamento das condições e demandas.

18.2.3. As alterações nos serviços ou nas quantidades bloqueadas durante a execução deverão ser previamente informadas à fiscalização e autorizadas formalmente, mediante aditivo contratual, se necessário.

18.3. Regras para Execução

18.3.1. Os serviços poderão ser realizados em várias unidades simultaneamente, respeitando os prazos e condições definidos pela fiscalização.

18.3.2. A execução será planejada de forma a não prejudicar o andamento das atividades nas unidades, sendo permitida a realização durante o expediente ou, com antecedência agendamento, aos sábados, domingos e feriados.

18.3.3. Os serviços ruidosos deverão ser realizados fora do horário de expediente, com agendamento prévio junto à fiscalização.

18.3.4. A fiscalização fornecerá planta baixa do imóvel quando os serviços implicarem modificações estruturais.

18.4. Organização e Limpeza

18.4.1. O credor deverá manter os locais limpos e organizados, retirando diariamente entulhos, sobras de materiais e resíduos.

18.4.2. Sempre que necessário, o prestador deverá instalar tapumes cercando o perímetro onde os serviços serão realizados.

18.4.3. Os materiais retirados que possam ser reutilizados deverão ser entregues ao Município, em designação local.

18.4.4. O contratante deverá proteger móveis e objetos com lonas e materiais adequados para evitar danos, além de movimentá-los, quando necessário, com prévia autorização da fiscalização.

18.5. Qualidade e Materiais

18.5.1. Os materiais utilizados deverão ser novos e de primeira linha, salvo quando for necessário utilizar materiais semelhantes aos existentes para reconstituição de partes afetadas.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

18.5.2. Todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessárias à execução serão fornecidos pela contratada.

18.6. Garantias e Responsabilidades

18.6.1. A Contratada deverá garantir a garantia dos serviços executados, em conformidade com os artigos 1.101 e 1.245 do Código Civil Brasileiro, o Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis.

18.6.2. Durante o prazo de garantia, a Contratada será responsável pelos reparos de quaisquer anexos relacionados à má execução, sem bônus para a Contratante.

18.6.3. A coleta dos serviços não exime a Contratada de sua responsabilidade pela solidez, segurança e qualidade dos materiais empregados.

18.7. Acompanhamento e Pagamento

18.7.1. Os serviços só poderão ser realizados mediante autorização expressa da fiscalização, através de Ordem de Serviço, sob pena de não pagamento.

18.7.2. O fornecedor deverá informar o termo dos serviços de fiscalização que procederá à coleta e verificação.

18.7.3. Caso sejam detectadas violações ou falhas nos serviços, a Contratada deverá refazê-los sem custos adicionais, no prazo de até 24 horas após a notificação.

18.7.4. A Contratada será responsável por todos os custos necessários à execução, sendo o pagamento efetuado com base no preço proposto e nas comprovações realizadas.

19. EQUIPE TÉCNICA CONTRATADA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1. Declaração de Conhecimento

19.1.1. O licitante deverá apresentar uma declaração formal confirmando que tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias para o cumprimento das obrigações da licitação.

19.1.2. Esta declaração poderá ser paga por uma declaração assinada pelo responsável técnico, atestando o conhecimento pleno das condições e específicos da contratação.

19.2. Registro Profissional

19.2.1. Prova de inscrição ou registro do licitante e de seus responsáveis técnicos junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), comprovando atividades relacionadas ao objeto licitado.

19.2.2. Certidão de registro do licitante no CREA ou CAU, que inclui os nomes dos profissionais indicados.

19.3. Atestados e Certidões

19.3.1. Apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

19.3.2. A Certidão de Acervo Operacional (CAO) deve comprovar a execução de serviços anteriores de características semelhantes ao objeto de licitação.

19.4. Capacitação Técnico-Profissional

19.4.1. O licitante deverá comprovar, na data prevista para entrega da proposta, que possua em seu quadro permanente profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA ou CAU, com atestado(s) de responsabilidade técnica pela execução de obras ou serviços de características semelhantes.

19.4.2. comprovação será feita por meio de:

- a) Contrato social, CTPS ou contrato de prestação de serviços;
- b) Atestado(s) técnico(s) devidamente registrado(s) no CREA ou CAU.

19.5. Atestados Complementares

19.5.1. Será permitida a apresentação de diferentes atestados para comprovação de mínimo quantitativo, desde que compatíveis entre si.

19.5.2. A legitimidade dos atestados será verificada pela Administração, podendo ser solicitados documentos adicionais, como cópia de contratos, dados do contratante e local de execução dos serviços.

19.6. Vinculação Profissional da Equipe Técnica

19.6.1. A empresa licitante deverá comprovar, obrigatoriamente, a presença de profissionais devidamente registrados e habilitados no CREA ou CAU, com atestado(s) de responsabilidade técnica pela execução de obras ou serviços de características semelhantes, sendo, no mínimo, nas seguintes funções:

- a) 1 (um) Engenheiro Civil: Responsável pelo planejamento, execução e fiscalização de obras e serviços de engenharia civil, que possua atestado(s) de capacidade técnico-profissional, devidamente registrado(s) no CREA, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, em conformidade com as normas e regulamentos vigentes;
- b) 1 (um) Engenheiro de Segurança ou Técnico de Segurança: Responsável pela implementação e acompanhamento das normas de segurança do trabalho, garantindo a integridade dos trabalhadores e a conformidade com as regulamentações de segurança no ambiente de trabalho;

19.6.2. A demonstração de vínculo entre a empresa licitante e os profissionais técnicos mencionados acima poderá ser feita através de:

- a) Anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- b) Contrato de prestação de serviços por prazo indeterminado;
- c) Contrato social, caso o profissional seja sócio da empresa;
- d) Certidão de registro do licitante no CREA ou CAU, contendo o nome do profissional indicado.

19.6.3. A ausência de qualquer uma das recomendações profissionais no quadro técnico da empresa poderá implicar a desclassificação da proposta, conforme previsto na Lei nº



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

14.133/2021, que possibilita a desclassificação do licitante caso não comprove a qualificação técnica necessária para o objeto da licitação.

19.7. Substituição de Profissionais

19.7.1. Será admitida a substituição de membros da equipe técnica apenas por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação prévia da Administração.

19.8. Sociedades Estrangeiras

19.8.1. As empresas estrangeiras deverão atender à exigência de qualificação técnica por meio de registro junto ao CREA ou CAU no Brasil, a ser apresentado no momento da assinatura do contrato.

20. HABILITAÇÃO JURÍDICA

20.1. Requisitos para Habilitação

20.1.1. Para fins de habilitação jurídica, conforme disposto no art. 62 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá comprovar sua capacidade jurídica por meio de apresentação de documentos específicos que demonstrem a regularidade da constituição e representação da empresa, conforme sua natureza jurídica:

I- Empresário Individual: Registro de Empresário na Junta Comercial da unidade da federação onde está estabelecida a sede do licitante;

II- Sociedade Empresária (LTDA, SLU ou EIRELI): Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado na Junta Comercial. No caso de sociedade limitada unipessoal (SLU) ou EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), apresentando o ato constitutivo atualizado e consolidado. Documento de eleição ou designação dos administradores, quando não constar ato constitutivo;

III- Sociedade Simples: Contrato Social ou Estatuto Social, registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas (RCPJ). Documento que comprove a designação ou eleição dos administradores, quando aplicável;

IV- Sociedade Empresária Estrangeira: Decreto de autorização para funcionamento no Brasil, conforme previsto no art. 62, §3º, da Lei nº 14.133/2021. Documento de registro da sociedade empresária estrangeira no órgão competente, como Junta Comercial ou outro registro designado pela legislação aplicável. Tradução juramentada dos atos constitutivos e demais documentos pertinentes;

V- Filial, sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: Ato de constituição ou registro que demonstra o vínculo jurídico com a sociedade matriz. Autorização da matriz para participação na licitação, quando aplicável. Certidão de registro de filial, sucessor ou agência sem órgão competente;

VI- Sociedade Cooperativa: Ato de constituição e Estatuto Social, registrado na Junta Comercial ou no RCPJ, conforme aplicável. Certidão de alterações estatutárias, se houver. Ata de eleição ou designação da diretoria atual.

20.2. Regras Gerais



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

20.2.1. Todos os documentos apresentados deverão ser acompanhados das alterações contratuais ou das declarações respectivas, garantindo a atualidade e validade jurídica.

20.2.2. Para sociedades estrangeiras, o documento deverá ser traduzido para o português por tradutor juramentado e registrado no Brasil, nos termos da legislação vigente.

20.2.3. A inobservância de qualquer requisito de habilitação jurídica acarretará a inabilitação do licitante, conforme previsto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

21. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

21.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

21.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

21.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

21.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

21.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

21.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal (conforme o caso) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

21.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

21.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

22. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

22.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art.69, caput, inciso II).

22.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

22.2.1. Os licitantes deverão apresentar o balanço patrimonial e as projeções contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis, que comprovem a boa situação financeira da empresa, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Os documentos deverão ser revistos em conformidade com a legislação vigente, com registo na Junta Comercial ou outro órgão competente;
- b) Não serão aceitos saldos ou balanços provisórios;
- c) Caso o balanço tenha sido encerrado há mais de 03 (três) meses a partir da data de apresentação da proposta, seus valores poderão ser atualizados por índices oficiais.

22.2.2. Índices Contábeis: A comprovação da boa situação financeira será feita por meio do cálculo de índices contábeis, sendo obrigatória a Liquidez Geral igual ou maior que 1 (um).

22.2.2.1. Fórmula para Cálculo da Liquidez Geral (LG):

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

Onde:

- a) **Ativo Circulante:** Recursos disponíveis ou que serão convertidos em caixa dentro de um exercício social;
- b) **Realizável a Longo Prazo:** Direitos realizáveis após o termo do exercício social;
- c) **Passivo Circulante:** Obrigações exigíveis dentro do exercício social;
- d) **Exigível a Longo Prazo:** Obrigações exigíveis após o término do exercício social.

22.2.3. Os índices deverão ser calculados e demonstrados pelo licitante em documento contábil específico, elaborado por profissional habilitado, com identificação clara da metodologia utilizada.

22.2.4. O documento deverá ser assinado pelo contador responsável e conter os registros obrigatórios no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

22.2.5. A Administração verificará a consistência dos cálculos e dos valores apresentados com base nas projeções contábeis anexadas.

22.2.6. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de balanço de abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

22.2.7. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em diário oficial ou jornal de grande circulação;
- b) Autenticados ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- c) Por cópia do livro diário, inclusive dos termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

d) No caso de empresas obrigadas a realizar Escrituração Contábil Digital, conforme Instrução Normativa 2.003/2021 da Receita Federal do Brasil, poderão ser substituídos pela documentação emitida pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, devidamente acompanhada do Termo de Autenticação do livro digital do referido sistema.

22.3. Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

22.4. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

22.5. Declaração de Compromissos Assumidos.

22.5.1. Os licitantes deverão apresentar uma declaração formal, conforme modelo constante no Anexo do Edital, contendo uma relação de compromissos financeiros que possam impactar sua capacidade econômico-financeira.

22.5.2. A declaração deverá incluir:

- a) Contratos firmados que ainda estão em execução, especificando:
- b) Objeto do contrato;
- c) Valor total e saldo contratual restante;
- d) Prazos de execução ou entrega;
- e) Identificação do contratante (pessoa jurídica pública ou privada);
- f) Compromissos financeiros regulares, como financiamentos, empréstimos ou outras obrigações que impactem a liquidez da empresa;

22.5.3. Ficam arquivos da relação de compromissos:

- a) Parcelas de contratos já totalmente realizadas;
- b) Os contratos cujo saldo residual seja irrelevante e não comprometa a execução do objeto licitado.

22.5.4. A declaração tem como objetivo:

- a) Avaliar a capacidade econômico-financeira real do licitante, garantindo que este disponha de recursos suficientes para cumprir o contrato licitado;
- b) Garantir a transparência e a conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, em especial os princípios de economicidade e eficiência.

22.5.5. A Administração Pública poderá, a seus selecionados:

- a) Solicitar documentos adicionais para comprovar a veracidade das informações prestadas;
- b) Desconsiderar compromissos listados que não impactem materialmente a assinatura do contrato licitado.

22.5.6. Considera-se inabilitado o licitante que não apresente declaração ou preste informações falsas, com base no artigo 59 da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

23. DA NECESSIDADE DO CONTRATO

23.1. Para a execução dos serviços objeto desse Termo de Referência, faz-se necessária a formalização do Contrato Administrativo, com período de vigência conforme o Cronograma Físico Financeiro, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais nos termos da Lei.

24. SUBCONTRATAÇÃO

24.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

I- É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação;

II- A subcontratação fica limitada a 50% (cinquenta por cento) [parcela permitida/percentual].

24.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida nos moldes da lei federal nº 14.133/21.

25. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

25.1. Poderá ser exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

25.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

25.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

25.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

26. REAJUSTE

26.1. O reajuste contratual dos valores firmados poderá ser acordado contando da base do orçamento mediante negociação e formalização do pedido pela Contratada nos termos previstos na Minuta Contratual e da Legislação em vigor.

26.2. O eventual reajuste do contrato terá como base o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

27.1. Compete à Contratante:

a) Notificar o fornecedor registrado quanto à solicitação do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via fax ou retirada pessoalmente pelo fornecedor sendo que a nota de empenho repassada ao fornecedor poderá equivaler a uma ordem de fornecimento;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

- b) Permitir ao pessoal do fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- c) Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;
- d) Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas;
- e) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

28.1. Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATADA a:

- a) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem à mesma, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;
- b) Executar o objeto conforme especificação registrada e na forma prevista;
- c) Alocar todos os recursos necessários para se obter uma perfeita execução do objeto, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Prefeitura;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do objeto, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Prefeitura comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- e) Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o fornecimento do objeto;
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura;
- g) Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do objeto;
- h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com a Prefeitura, sem prévia e expressa anuência.
- i) Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura.

29. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

29.1. A execução dos serviços será acompanhada pela Fiscalização do Município, a cargo da Secretaria Municipal de Obras, através de designação de servidor, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução dos serviços.

29.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do PRESTADOR DE SERVIÇOS pelos danos causados ao Município ou a terceiros,



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

30. DA VALIDADE

30.1. A Ata de Registro de Preços decorrente desta Licitação terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021. **A ata poderá ser prorrogada seus quantitativos e seus prazos, mediante a comprovação da vantagem econômica.**

31. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

31.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

31.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

32. RECEBIMENTO DO OBJETO

32.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

32.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

32.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

32.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

32.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

32.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

32.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

32.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

32.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

I- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

II- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

III- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

IV- Enviar a documentação pertinente competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

32.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

32.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

32.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

33. LIQUIDAÇÃO

33.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

33.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso IV do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

33.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

33.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

33.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

33.6. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

33.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

33.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

33.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

33.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

34. PRAZO DE PAGAMENTO

34.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

34.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC-M de correção monetária.

35. FORMA DE PAGAMENTO

35.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

35.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

35.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

35.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

35.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

36. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

36.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, previstas na Lei 14.133/2021:

I- dar causa à inexecução parcial do contrato;

II- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- dar causa à inexecução total do contrato;

IV- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

36.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

36.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I- a natureza e a gravidade da infração cometida;

II- as peculiaridades do caso concreto;

III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

36.3.1. A sanção prevista no inciso I do item acima, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

36.3.2. A sanção prevista no inciso II do item acima, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

36.3.3. A sanção prevista no inciso III do item acima deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal, pelo prazo de 3 (três) anos.

36.3.4. A sanção prevista no inciso IV do item acima. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item acima, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

36.3.5. A sanção estabelecida no inciso IV do item acima deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.
- b) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item acima deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

36.3.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual estabelecida do item acima ou por meio de cobrança judicial.

36.3.7. A aplicação das sanções previstas no item acima não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

36.3.8. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

36.3.9. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item acima requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

37. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

37.1. A Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, que instituiu a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), estabelece diretrizes importantes e obrigatórias para a coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais.

37.2. A empresa contratada e seus empregados deverão preencher Termo de Consentimento pelo qual ficará registrada a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidades específicas da fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação a força de trabalho da contratação.

38. ADOÇÃO DO SRP

38.1. A adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza dos serviços contratados, que envolve demandas recorrentes e variáveis ao longo do período de vigência do contrato, garantindo maior eficiência na gestão administrativa e financeira.

38.2. Essa modalidade possibilita a realização de contratações conforme a necessidade, respeitando os princípios de economicidade, isonomia e eficiência.

38.3. O fundamento legal para a adoção do SRP encontra-se disposto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que regulamenta a utilização do sistema para atender contratações frequentes e com especificações padronizadas, permitindo a otimização dos recursos públicos.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

38.4. Das Adesões

38.4.1. Será vedada a adesão ao Sistema de Registro de Preços (SRP) nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

38.4.2. As adesões devem respeitar as condições previstas no edital e no ato de registro de preços, especialmente no que se refere à quantidade máxima de itens ou serviços a serem contratados.

38.4.3. O quantitativo global contratado por órgãos ou entidades não participantes não poderá ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado na ata para os órgãos ou entidades participantes.

38.4.4. O órgão ou entidade que aderir ao ato de registro de preços deverá negociar diretamente com o fornecedor os prazos, condições de entrega, execução e pagamento, sempre observados os termos e condições originalmente registrados.

38.4.5. A execução contratual e o acompanhamento da entrega ou prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade do órgão ou entidade que fez a adesão.

38.4.6. Procedimento para adesão:

I- A solicitação de adesão deverá ser formalizada e comprovada pelo órgão ou entidade gestora da ata, que avaliará a conformidade da solicitação com as condições condicionantes no processo licitatório;

II- Somente será autorizada a adesão quando não se comprometer o atendimento integral das necessidades dos órgãos ou entidades participantes originais;

III- Todas as adesões deverão ser registradas no portal de transparência ou equivalente, conforme previsto pela Lei nº 14.133/2021, garantindo a publicidade e o controle social sobre as contratações realizadas.

39. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

39.1. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado seu prazo e quantitativos por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

40. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

40.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

40.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

40.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

40.4. As empresas poderão protocolar seus pedidos quando tratar-se de ATA OU CONTRATO através dos seguintes endereços eletrônico previamente informado.

40.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

40.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

40.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

40.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

40.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

40.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

40.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

40.12. O gestor do contrato será representante da administração designado pela autoridade máxima do órgão, para exercer as funções administrativas do contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- a) Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;
- c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;
- d) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatórios respectivos;
- e) Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos necessários;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

- f) Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- g) Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- h) Analisar os documentos referentes a recebimento definitivo do objeto contratado;
- i) Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- j) Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- k) Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº14.133, de 2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. XI - Outras atividades compatíveis com a função.

40.13. O gestor de contratos deverá ser previamente designado pela autoridade administrativa signatária do contrato.

Pedrinhas/SE, 23 de março de 2026.

TATIANE SILVA SANTOS SOARES
Engenheira Civil